



ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS DE SÃO PAULO CNPJ/MF 60.982.576/0001-23

Relatório da Diretoria

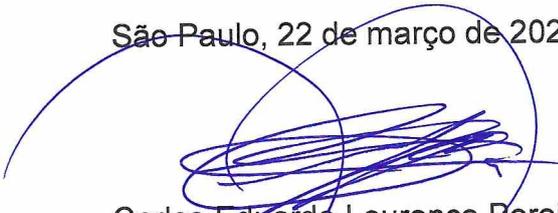
A Associação Cristã de Moços de São Paulo (ACM São Paulo) apresenta aos seus associados, colaboradores e demais interessados as suas Demonstrações Contábeis, Notas Explicativas, Parecer do Conselho Fiscal e Relatório dos Auditores Independentes, relativos aos Exercícios Sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. **Natureza Institucional** – Com sua sede localizada na Capital do Estado de São Paulo, estabelecida na rua Nestor Pestana nº 147, a ACM São Paulo é uma entidade de cunho beneficente, de assistência social, com personalidade jurídica de direito privado, de natureza associativa, apolítica e sem fins lucrativos, composta por 19 unidades na região da Grande São Paulo e interior do Estado de São Paulo. **Desenvolvimento Social** - Inspirada nos motivos que promoveram sua criação a ACM São Paulo e suas unidades, desde que foram criadas, realizam relevantes ações sócios assistenciais. Diante do crescimento das necessidades da população carente, em situação de vulnerabilidade e risco social a Entidade realiza significativa ação complementar ao Estado, com a finalidade de contribuir para a superação da desigualdade social, participando do processo de construção de políticas públicas que assegurem os direitos da população. Os Programas Sócios Assistenciais, no horizonte da defesa e do exercício da cidadania, têm como público usuário, pessoas que encontram-se em situação de vulnerabilidade e riscos sociais e econômicos, com centralidade na família. A ACM São Paulo desenvolveu ações sociais as quais possibilitaram o atendimento de 6.994 usuários da assistência social, dentre eles, crianças, adolescentes, jovens e pessoas idosas. **Agradecimentos** – Aos Diretores, Conselheiros, Voluntários e Profissionais pela confiança, aos Órgãos do Governo pelo entendimento e compreensão, aos Doadores pelos patrocínios e doações, aos Colaboradores pelo comprometimento, aos Associados pela preferência e aos Fornecedores e Parceiros pelo apoio.



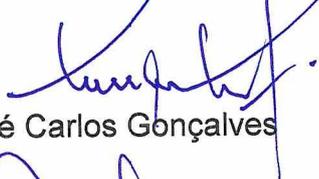
PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. O Conselho Fiscal no exercício de suas atribuições estatutárias, cumprindo o que preceitua o Artigo 35 do Estatuto da Associação Cristã de Moços de São Paulo, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independente Sobre as Demonstrações Contábeis, relativos ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2022.
2. Com base nos exames efetuados, considerando ainda o Relatório do Auditor Independente, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação dos referidos documentos.

São Paulo, 22 de março de 2023.



Carlos Eduardo Lourenço Pereira



José Carlos Gonçalves



Marcos José Melo da Silva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores, Conselheiros e Associados da
Associação Cristã de Moços de São Paulo
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **Associação Cristã de Moços de São Paulo** (“**Associação**”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Associação Cristã de Moços de São Paulo** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - “Contabilidade para pequenas e médias empresas” e em conformidade com a NBC ITG 2002/12 e a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.409 - Associações sem Finalidade de Lucro.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **Associação Cristã de Moços de São Paulo**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador (CEPC) e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Certificado de Associação Beneficente de Assistência Social

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 12, foram indeferidos com base na Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, por parte do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome os pedidos de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) para os triênios de 2013 a 2015, 2015 a 2017 e 2018 a 2020 para os quais a Administração, apoiada pelos seus assessores jurídicos, vem tomando providências junto ao judiciário no sentido de reverter essas decisões, não gerar passivos à Associação e receber nova concessão. As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com a legislação anterior e não incluem quaisquer ajustes que possam advir em consequência de entendimento divergente da legislação pelas autoridades legais e ou em caso de a ACM não a referida imunidade. Esses assuntos não foram objeto de modificação em nosso relatório.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional;



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de março de 2023.



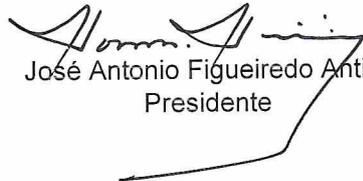
BDO RCS Auditores Associados Ltda.
CRC 2 SP 015165/0-8

Carlos Aragaki
Contador CRC 1 SP 132091/0



ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS DE SÃO PAULO
CNPJ 60.982.576/0001-23
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	2.022	2.021	PASSIVO	Notas	2022	2021
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	13.357	3.934	Fornecedores		726	557
Contribuições a receber	6	9.717	9.223	Empréstimos e financiamentos	8	1.839	1.403
Outras contas a receber	6.1	4.000	7.050	Obrigações fiscais e tributárias	9	246	250
Despesas antecipadas		178	123	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	10	3.222	3.565
Outros créditos a receber		299	373	Valores recebidos antecipadamente	11	10.985	10.119
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		27.551	20.703	Outras contas a pagar		693	524
				TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		17.711	16.418
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Depósitos judiciais		137	98	Empréstimos e financiamentos	8	2.875	3.944
Devedores Diversos		400	4.000	Dívida União - SPU		158	-
Dívida Ativa União a Apropriar		158	-	Provisão para demandas judiciais	12	955	638
Imobilizado	7	119.631	121.236	TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		3.988	4.582
Intangível		137	237				
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		120.463	125.571	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Patrimônio social	14.1	49.272	44.619
				Ajuste de avaliação patrimonial	14.2	74.715	76.002
				Superávits líquidos acumulados		2.328	4.653
				TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		126.315	125.274
TOTAL DO ATIVO		148.014	146.274	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		148.014	146.274


José Antonio Figueiredo Antório
Presidente


Sonia Munhoz Ibanez
Contadora
CRC 1SP263979/O-4



ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS DE SÃO PAULO
CNPJ 60.982.576/0001-23

DEMONSTRAÇÕES DO DÉFICIT DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	Notas	2021	2021
RECEITAS OPERACIONAIS			
Com restrição			
Convênios - Parcerias	17	8.361	7.515
Sem restrição			
Associativas	15	53.240	31.873
Desenvolvimento social	16	5.898	7.053
Serviços Voluntários	29	1.360	1.235
Serviços	18	1.129	247
Patrimonial		673	449
Donativos	19	285	206
Financeiras	20	2.614	910
Outras		68	4.668
Receita operacional líquida		73.628	54.156
DESPESAS OPERACIONAIS			
Operacionais	21	(45.886)	(37.441)
Desenvolvimento social	22 23	(17.411)	(16.528)
Administrativa	26	(8.783)	(6.973)
Financeiras		(439)	(564)
Outras		(68)	(6)
Total de despesas operacionais		(72.587)	(61.512)
Superávit líquido/(déficit) do exercício		1.041	(7.356)

São Paulo, 31 de dezembro de 2.022


José Antônio Figueiredo Antiório
Presidente

46
Sonia Munhoz Ibanez
Contadora
CRC 1SP263979/O-4



ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS DE SÃO PAULO
CNPJ 60.982.576/0001-23

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Superávit líquido/(déficit) do exercício	1.041	(7.356)
Realização do valor justo de ativos	1.287	12.009
Total do resultado abrangente do exercício	<u>2.328</u>	<u>4.653</u>

São Paulo, 31 de Dezembro de 2022.


José Antônio Figueiredo Antório
Presidente


Sonia Munhoz Ibanez
Contadora
CRC 1SP263979/O-4

**ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS DE SÃO PAULO**

CNPJ 60.982.576/0001-23

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em Milhares de Reais)

	Patrimônio social	Ajuste de avaliação patrimonial	Superávit (Déficits) acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2020	61.124	88.011	(16.505)	132.630
Incorporação ao patrimônio social	(16.505)	-	16.505	-
(-) Realização do valor justo de ativos (nota 14.2)	-	(12.009)	12.009	-
Déficit do exercício	-	-	(7.356)	(7.356)
Em 31 de dezembro de 2021	44.619	76.002	4.653	125.274
Incorporação ao patrimônio social	4.653	-	(4.653)	-
(-) Realização do valor justo de ativos (nota 14.2)	-	(1.287)	1.287	-
Superávit líquido do exercício	-	-	1.041	1.041
Em 31 de dezembro de 2022	49.272	74.715	2.328	126.315

São Paulo, 31 de Dezembro de 2022



José Antônio Figueiredo Antônio
Presidente



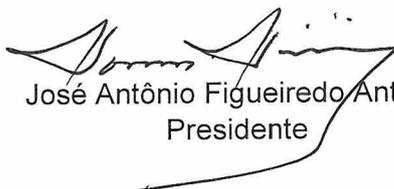
Sonia Munhoz Ibanez
Contadora
CRC 1SP263979/O-4



ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS DE SÃO PAULO
CNPJ 60.982.576/0001-23
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(Déficit) Superávit do exercício	1.041	(7.356)
Itens que não afetam o caixa		
Depreciação e amortização	4.041	4.301
Perda na alienação de ativo imobilizado	68	12.775
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(38)	75
Ajuste a valor presente	(25)	227
Provisão para demandas judiciais	317	(332)
Juros s/empréstimos	274	463
Superávit/(déficit) do exercício ajustado	5.678	10.153
(Aumento) redução de ativos:		
Contribuições a receber	2.619	(12.843)
Despesas antecipadas	(55)	12
Outras contas a receber	3.674	(4.261)
Depósitos judiciais	(39)	150
Aumento (redução) de passivos:		
Fornecedores	169	132
Obrigações fiscais e tributárias	(4)	31
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	(343)	597
Valores recebidos antecipadamente	867	5.945
Outras contas a pagar	169	259
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	12.735	175
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(2.405)	(182)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(2.405)	(182)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos	(907)	(2.282)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	(907)	(2.282)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	9.423	(2.289)
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.934	6.223
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	13.357	3.934
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	9.423	(2.289)

São Paulo, 31 de dezembro de 2022.


José Antônio Figueiredo Antíório
Presidente


Sonia Munhoz Ibanez
Contadora
CRC 1SP263979/O-4

ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS DE SÃO PAULO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS DE SÃO PAULO (ACM São Paulo), fundada em 23 de dezembro de 1902, com autonomia administrativa, operacional e financeira, localizada na Capital do Estado de São Paulo, estabelecida na rua Nestor Pestana nº 147, é uma instituição filantrópica, de promoção e assistência social, de atividades educacionais, esportivas e culturais, beneficente e sem fins lucrativos.

A ACM São Paulo é reconhecida de utilidade pública pelo Governo Federal, decreto 24.181, de 09 de dezembro de 1947; Estadual, Lei 4.629, de 08 de janeiro de 1958 e Municipal, decreto 4.730, de 01 de junho de 1960; registrada no Conselho Nacional de Assistência Social sob nº 011.521/39; inscrita no Conselho Estadual de Assistência Social sob nº 0116/SP/2000; no Conselho Municipal de Assistência Social - COMAS-SP sob nº 1128/2013; na Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo, sob nº 402 e credenciada na Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social da Prefeitura do Município de São Paulo, sob nº 26.218.

O objetivo da Associação é a promoção e o desenvolvimento da pessoa humana sob os aspectos espiritual, moral, cultural, físico e social, visando prioritariamente à infância, à adolescência, à juventude e à velhice, tendo por norma os princípios do Cristianismo. Estes objetivos são desenvolvidos por meio da prestação de serviços sócios assistenciais, gratuitos e permanentes a pessoas em situação de vulnerabilidade social, usuárias da assistência social, em especial à família, à infância, à adolescência, à juventude e à velhice, sem qualquer discriminação de usuários, por meio de programas, projetos e atividades relacionadas com as suas finalidades institucionais.

Os serviços sócios assistenciais são realizados em consonância com a legislação que regula a Assistência Social no Brasil, norteados pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e pela Política Nacional de Assistência Social, em harmonia com a missão da Associação, cujo texto é: “Fortalecer pessoas, famílias e comunidades”.

A Assistência Social é promovida por meio do atendimento e assessoramento aos usuários dos serviços, programas e projetos, visando ao enfrentamento da pobreza e à universalização dos direitos sociais; defesa dos direitos humanos, com incentivos e ações às causas da justiça, da paz e da ecologia; promoção e incentivo da valorização do conhecimento, inclusive dos meios de comunicação social; promoção da formação cívica, física, familiar e moral, por todos os meios ao seu alcance, incluindo preferencialmente aqueles em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social.

As demonstrações contábeis foram submetidas à auditoria pela Administração em 13 de março de 2023.



1.1 Efeitos da Pandemia Covid 19

A administração da Entidade tem acompanhado de perto os impactos do coronavírus (Covid-19) na economia global e, principalmente, no Brasil. Dessa forma, dentre os diversos riscos e incertezas aos quais a Entidade está exposta, a Administração avaliou possíveis eventos econômicos que poderiam impactá-la, tais como os relacionados às estimativas contábeis e mensuração de seus ativos e passivos.

Em conexão com as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022, a Entidade continua a cumprir todas as diretrizes para prevenir a Covid-19 divulgadas pelos órgãos de saúde competentes e manter as medidas para mitigar o risco de transmissão da Covid-19 nos locais de trabalho, tanto para os além dos que estão voltados à preservação da saúde dos seus colaboradores, quanto para os associados, quando está em funcionamento.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Entidade, findas em 31 de dezembro de 2022, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC para PME (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 - "Entidades sem Finalidade de Lucros" e nos pronunciamentos técnicos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- O ativo imobilizado mensurado pelo valor justo (*deemed cost*);
- Os instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.



2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas CPC PME exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 06:** Perdas Estimadas para Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD) e ajuste ao valor presente;
- **Nota Explicativa nº 12:** Provisão para demandas judiciais.

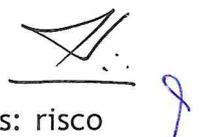
3. Gestão de risco financeiro

3.1. Considerações gerais e políticas

A Associação possui uma política formal para gerenciamento de riscos, cujo controle e gestão é responsabilidade da Administração, que se utiliza de instrumentos de controle julgados adequados e de profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos. Adicionalmente, não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo.

3.2. Fatores de risco financeiro

As atividades da Associação a expõe a diversos riscos financeiros: risco de taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Associação se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no



ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS DE SÃO PAULO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

desempenho financeiro da Associação.

(a) **Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco que surge da possibilidade de déficit resultante do não recebimento, de terceiros, dos valores contratados.

Em 31 de dezembro de 2022, a Associação possuía depósitos financeiros e aplicações financeiras em instituição financeira nacional e contas a receber pela prestação gerais e contribuições dos associados. Esses investimentos estão sujeitos a exposição de risco de crédito.

(i) **Risco de liquidez:** É o risco que a Associação irá encontrar em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidadas com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro;

(ii) **Risco de taxa de juros:** O caixa da Associação é investido em operações compromissadas em debêntures lastreadas em certificados de Depósito Bancário (CDBs), indexados a taxas de juros, portanto variações de mercado podem afetar o fluxo de caixa da Associação.

A entidade não opera com instrumentos financeiros derivativos pra os exercícios de 2022 e de 2021.

4. Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas, incluindo os rendimentos financeiros, são reconhecidos na demonstração do resultado pelo regime contábil de competência do exercício.

As fontes de recursos para a manutenção da Associação são as provenientes das contribuições de associados eventualmente recebidas e convênios com órgãos públicos.

b) Ativos e passivos financeiros

A ACM considerou o modelo de negócio no qual o ativo financeiro é gerenciado e suas características de fluxos de caixa contratuais para definir a classificação dos ativos financeiros de acordo com a norma.



Custo amortizado

Ativos financeiros

Reconhece seus ativos financeiros ao custo amortizado. Para ativos financeiros mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de somente pagamento de principal e juros.

Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, deduzido de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

A Associação tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa, contribuições a receber, outras contas a receber.

Passivos financeiros

Passivos financeiros - reconhecimento inicial

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos de custo da transação (no caso de empréstimos, financiamentos e contas a pagar).

Passivos financeiros - mensuração subsequente

Custo amortizado: são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou através do acréscimo da taxa efetiva.

A Associação tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: Fornecedores e outras contas a pagar.

c) Ativos e passivos financeiros derivativos

A Associação não possui em aberto, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, transações com instrumentos financeiros derivativos.

d) Contribuições a receber

São registradas ao custo (valor dos boletos emitidos) e quando aplicável incluem os encargos oriundos dos valores em atraso negociados e deduzidas do ajuste a valor presente.

e) Perdas Estimadas para Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD)

Para cobrir perdas esperadas, considerando o histórico de recebimento dos inadimplentes, é constituída aplicando-se 95% sobre o montante das

ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS DE SÃO PAULO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

dos inadimplentes, é constituída aplicando-se 95% sobre o montante das contribuições vencidas após 60 dias.

f) Outros Ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo valor líquido de realização.

g) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, acrescido do custo atribuído (deemed cost), conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7. A Associação efetuou análise com o objetivo de revisar os critérios utilizados para determinação da vida útil dos ativos pertencentes as contas contábeis do ativo imobilizado, não sendo identificada alteração na vida útil desses ativos. A depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil econômico estimado dos bens.

h) Intangível

É demonstrado ao custo de aquisição, correspondente aos gastos de modernização dos programas de processamento de dados, que estão sendo amortizados à taxa anual de 20%.

i) Redução ao valor recuperável dos ativos

i. Ativos financeiros: Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado e avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado e calculado como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados a taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis.

Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

ii. Ativos não financeiros: O ativo do imobilizado com vida útil definida tem o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

indicadores de perda de valor. A Administração da Associação não identificou nenhum indicativo que justificasse a constituição de uma provisão sobre seus ativos em 31 de dezembro de 2022.

j) Receitas antecipadas

Referem-se a mensalidades do exercício seguinte recebidas antecipadamente.

k) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também as obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos pela Seção 21 provisões, passivos contingentes e ativos contingentes do CPC PME:

- **Ativos Contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível;
- **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada com provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- **Passivos Contingentes:** de acordo com a Seção 21 provisões, passivos contingentes e ativos contingentes do CPC PME, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas serem divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas;
- **Obrigações Legais:** decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da possibilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.



ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS DE SÃO PAULO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

l) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos e passivos são demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base pro rata dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e variações monetárias incorridos (em base pro rata dia).

m) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros ativos de aplicações financeiras. Receitas com juros são reconhecidas no resultado do exercício utilizando-se a metodologia de taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os descontos concedidos.

n) Imposto de Renda e Contribuição Social

A Associação goza de imunidade de tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o superávit por se tratar de uma Associação beneficente sem fins lucrativos.

o) Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros de 1% ao mês, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

p) Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2022

A Entidade não identificou novos pronunciamentos contábeis, com vigor em/ou a partir de 1º de janeiro de 2023. Por isso, concluiu que não há efeitos para serem divulgados antecipadamente nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.



ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS DE SÃO PAULO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixa	4	3
Banco conta movimento	2.263	2.065
Aplicações financeiras	11.090	1.866
Caixa e equivalente de caixa	13.357	3.934

As aplicações de liquidez imediata referem-se a investimentos efetuados no Banco Bradesco (Invest Fácil - 100% CDI) e Caixa Econômica (CDB - 92,76% CDI), podendo ser resgatados diariamente. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

6. Contribuições a receber

	2022	2021
Boletos a receber	524	517
Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa	(242)	(280)
Cheques a receber (i)	643	996
Cartões de crédito (i)	8.914	8.126
Ajuste a valor presente	(311)	(336)
Outros créditos	189	200
Contribuições a receber	9.717	9.223

(i) Os cheques a receber e cartões de crédito a receber possuem vencimento até 31 de dezembro de 2023, foram ajustados a valor presente com base na mesma taxa de desconto 1,0% ao mês.

6.1 Outras contas a receber

	2022	2021
Hire Invest Ltda/Trisul S/A (i)	4.000	7.050
Outras contas a receber	4.000	7.050

(i) Vide nota explicativa 7.1 a)



ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS DE SÃO PAULO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

7. Imobilizado

	Taxa anual de depreciação (%)	2022			2021
		Valor justo	Depreciação	Total	Total
Terrenos	-	51.064	-	51.064	51.064
Edifícios	2,08 a 6,67	111.713	(46.688)	65.025	66.933
Máquinas equip.	6,67 a 100	3.457	(2.673)	784	917
Instalações	10	139	(137)	2	11
Móveis e utensílios	10 a 100	12.717	(10.216)	2.501	1.994
Veículos	16,67 a 25	266	(121)	145	6
Equip. informática	5 a 100	1.810	(1.700)	110	123
Obras andamento	-	-	-	-	188
Imobilizado		181.166	(61.535)	119.631	121.236

7.1. Movimentação dos exercícios

	2021		2022		
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Terrenos (a)	51.064	-	-	-	51.064
Edifícios (a)	110.557	-	-	1.156	111.713
Máquinas equip.	3.612	119	(274)	-	3.457
Instalações	139	-	-	-	139
Móveis e utensílios	12.493	1.118	(894)	-	12.717
Veículos	154	160	(48)	-	266
Equip. Informática	1.791	34	(15)	-	1.810
Obras andamento	188	968	-	(1.156)	-
	179.998	2.399	(1.231)	-	181.166
Depreciação	(58.762)	(3.936)	1.163	-	(61.535)
Total	121.236	(1.537)	(68)	-	119.631

	2020		2021		
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Terrenos	59.785	-	(8.721)	-	51.064
Edifícios (a)	117.638	-	(7.081)	-	110.557
Máquinas equip.	3.553	78	(19)	-	3.612
Instalações	139	-	-	-	139
Móveis e utensílios	12.509	29	(45)	-	12.493
Veículos	154	-	-	-	154
Equip. Informática	1.734	59	(2)	-	1.791
Obras andamento	188	-	-	-	188
	195.700	166	(15.868)	-	179.998
Depreciação	(57.666)	(4.189)	3.093	-	(58.762)
Total	138.034	(4.023)	(12.775)	-	121.236

(a) Em 30 de setembro de 2021 houve a baixa do Imóvel à praça dos Omagas, 43 - Pinheiros e do Imóvel à Rua Deputado Lacerda Franco, 381 - Pinheiros, ambos pertencentes à Unidade de Pinheiros, pela venda, conforme instrumento particular de promessa de compra e venda e compra de Imóvel em dação pela compradora Hire Investimentos Ltda.

O valor da venda do imóvel foi no montante de R\$ 17.400, na qual a entidade recebeu no período de 2022 o montante de R\$ 6.650, restando um saldo residual de R\$ 4.400, conforme descrito na nota 6.1, a ser recebido na seguinte forma: R\$ 4.000 mil pela dação de imóveis com data prevista para entrega em abril de 2023, R\$ 400 mil em caixa previsto para 2026, conforme instrumento particular de promessa de compra e venda.



ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS DE SÃO PAULO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

8. Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)

	Taxa de juros	2022			2021		
		Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda Nacional:							
Empréstimos	0,69% a.m. 11,08 a.a.	2.129	3.277	5.406	1.617	4.304	5.921
Juros a transcorrer		(290)	(402)	(692)	(214)	(360)	(574)
		1.839	2.875	4.714	1.403	3.944	5.347

Os empréstimos se referem a Capital de Giro sem cláusulas restritivas, do Banco Safra S/A-BNDS (R\$ 2.707 - taxa 11,08% a.a. variação do Sped bancário) e da Caixa Econômica Federal (R\$ 1.107 - taxa 0,69 a.m.) vencerão em novembro de 2024, e do Banco Bradesco S/A (R\$ 1.592 - taxa 1,45% a.m.) que vencerá em novembro de 2025 e possuem como garantia os próprios bens e cheques custodiados no montante de R\$ 643 em 31 de dezembro de 2022.

9. Obrigações fiscais e tributárias

	2022	2021
IRRF a recolher	245	222
ISS a recolher	1	1
IPTU a recolher	-	27
	246	250

10. Obrigações trabalhistas e previdenciárias

	2022	2021
Provisão para férias e encargos	2.756	2.735
Salários	77	404
INSS a recolher	172	157
FGTS a recolher	217	269
	3.222	3.565

11. Valores recebidos antecipadamente

Os valores recebidos antecipadamente no montante de R\$ 10.748, se referem as mensalidades dos associados do exercício 2023, que foram recebidas no período de 2022, que serão apropriadas em sua competência, conforme descrito abaixo:

	2022	2021
Mensalidades a apropriar em		
Janeiro/23	2.349	1.682
Fevereiro/23	1.794	1.424
Março/23	1.410	1.363
Abril/23	1.185	1.157
Maió/23	987	1.026
Junho/23	864	843
Julho a dezembro/23	2.159	2.385
	10.748	9.880
Acampamentos		
Janeiro/23	165	142
Donativos Campanha	72	97
	10.985	10.119

ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS DE SÃO PAULO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

12. Provisão para demandas judiciais

As contingências cíveis, trabalhistas e fiscais, calculadas pelos assessores jurídicos da associação, em 31 de dezembro de 2022 estão apresentadas a seguir:

Descrição	Estimativa de perda	Valor estimado
Trabalhista	Provável	904
Cível	Provável	51
Trabalhista	Possível	1.451
Cível	Possível	1.782
Trabalhista	Remota	119
Cíveis e fiscais	Remota	14.132
		18.439

A sociedade efetuou o registro da provisão para demandas judiciais consideradas como perda provável no montante de R\$ 955 para fazer frente a futuras perdas. As contingências cíveis e fiscais consideradas como perda remota são substancialmente referentes ao pedido de cancelamento e anulação de débitos do IPTU e reconhecimento de imunidade deste tributo.

Em 23 de novembro de 2012, foi publicada a Portaria nº 1.243/12 no Diário Oficial da União, que indeferiu o pedido de renovação do Certificado de Associação de Assistência Social (CEBAS) da Associação, compreendendo o período de 2010 a 2012. Em 03 de outubro de 2016, foi protocolada ação judicial com pedido de tutela provisória, aguardando a análise do pedido de ação judicial pela União. Segundo assessores jurídicos da Associação, a possibilidade de perda do processo é possível. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes relacionados a esse assunto. Foram indeferidos por parte do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, os pedidos de renovação do Certificado de Associação Beneficente de Assistência Social, compreendendo os triênios de 2013 a 2015, 2015 a 2017 e 2018 a 2020.

Em 08 de janeiro de 2018 foi proferida sentença de procedência da Ação Ordinária pela 5ª Vara Federal Cível de São Paulo, declarando não só o direito da ACM à imunidade mediante a observância, unicamente, dos requisitos previstos no artigo 14 do Código Tributário Nacional (“CTN”), mas também a nulidade da decisão proferida nos autos do processo administrativo nº 71010.003415/2009-19, que decidiu de modo diverso.

Embora diante de sentença favorável, em 26 de janeiro de 2018 a ACM opôs Embargos de Declaração, a fim de sanar as omissões do juízo quanto à extensão dos efeitos dessa decisão, especialmente no tocante (i) ao reconhecimento da imunidade inclusive para os períodos anteriores e posteriores ao interregno contemplado pelo processo nº 71010.003415/2009/19, uma vez que atendidos os requisitos do artigo 14 do CTN; e (ii) à suspensão da exigibilidade dos créditos tributários relativos aos



ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS DE SÃO PAULO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

períodos não contemplados pelo referido processo administrativo (anteriores e posteriores).

Referidos Embargos de Declaração foram parcialmente acolhidos em 28 de março de 2019, por meio de sentença proferida nos seguintes termos:

- (i) Reiterou-se a anulação da decisão proferida nos autos do processo administrativo nº 71010.003415/2009-19, reconhecendo-se a imunidade da ACM e afastando a exigência de quaisquer requisitos não previstos pelo artigo 14 do CTN para a sua fruição, inclusive em relação aos períodos pretéritos e posteriores, não compreendidos pelo processo administrativo em referência.
- (ii) Além disso, a decisão reconheceu a suspensão da exigibilidade das Contribuições para a Seguridade Social, tanto nos 5 (cinco) anos que antecederam o ajuizamento da demanda, quanto aos períodos posteriores - desde que cumpridos, exclusivamente, os requisitos previstos no artigo 14 do CTN.

A análise como concessão seria adequada, na hipótese de manutenção do indeferimento de CEBAS referente ao processo nº 71010.003415/2009-19. Ocorre que, com o advento da sentença prolatada nos autos da Ação Ordinária, que anula a decisão de indeferimento do processo nº 71010.003415/2009-19, esse cenário pode ser alterado, a depender da decisão que julgar os Embargos de Declaração.

De todo o exposto, considerando:

- O teor da decisão judicial que reconhece a imunidade da ACM para o período requerido no âmbito do Processo nº 71010.003415/2009-19;
- O protocolo tempestivo das renovações de CEBAS subsequentes, as quais aguardam decisão definitiva.

A Administração suportada pelos assessores jurídicos entende que a ACM possui argumentos robustos para defender que é entidade imune às contribuições para a Seguridade Social, nos termos do artigo 195, parágrafo 7º, da Constituição Federal e que a chance de obter sucesso na concessão é possível.

No período findo em 31 de dezembro de 2022, os processos seguem inalterados em relação aos citados anteriormente.

13. Previdência privada

13.1. Previdência privada - Colaboradores ativos

A Associação disponibiliza o benefício de previdência privada opcional para todos os colaboradores, com faixa salarial a partir de R\$ 5 onde o colaborador efetua contribuições mensais de 4% a 6% do salário mensal,



ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS DE SÃO PAULO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

e a Associação efetua a contribuição mensal equivalente a 100% da contribuição do colaborador, até o funcionário completar 62 anos e enquanto estiver ativo. Desta forma, não havendo passivo a ser assumido pela Associação em caso de demissão, invalidez ou morte do funcionário.

13.2. Previdência privada - Colaboradores inativos

A Associação mantém um plano de previdência privada, firmado em 01 de julho de 2000, denominado plano de renda renovável para os secretários executivos aposentados, que não tiveram tempo hábil de formar o fundo previdenciário na época do seu desligamento contratual com a Associação.

Em 2022, a Associação possui nesse plano, quatro pessoas, onde é feito o aporte anual no valor de R\$ 455.

A Associação decidiu não efetuar o registro da provisão para fazer frente a futuras despesas, considerando que essas pessoas possuem idade média de 80 anos da qual dificulta estabelecer uma expectativa de vida.

14. Patrimônio líquido

14.1. Patrimônio Social

A Associação, por ser Associação de fins não lucrativos, não distribui lucros, dividendos, vantagens ou parcelas do patrimônio a seus associados, instituidores e administradores, sob qualquer forma.

O superávit apresentado, no valor de R\$ 2.328 será agregado ao patrimônio social da Associação Cristã de Moços de São Paulo.

No caso de dissolução da Associação, o patrimônio social será destinado a uma ou mais Associações beneficentes, segundo aprovado pelas Assembleias que decidirem sobre a matéria.

14.2. Ajuste de avaliação patrimonial

A Associação optou, com base na opção dada pela Seção 17 ativo imobilizado, por demonstrar seu ativo imobilizado pelo valor de mercado apurado em 31 de dezembro de 2009, sendo a mais valia apurada registrada na rubrica "Ajuste a valor patrimonial" no grupo "Patrimônio Social" no montante de R\$ 105.380 com saldo de R\$ 74.715 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 76.002 em 2021). A realização da mais valia está sendo realizada de acordo com a depreciação do ativo imobilizado, em contrapartida a rubrica de déficits/superávits líquidos

ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS DE SÃO PAULO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

acumulados, no montante de R\$ 1.287 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 12.009 em 2021).

15. Receitas associativas

	2022	2021
Taxa manutenção	51.063	31.601
Taxa inscrição	3.923	2.868
Desconto concedidos	(1.746)	(2.596)
	<u>53.240</u>	<u>31.873</u>

No período de 2022, a Associação obteve a recuperação do seu quadro associativo, impactado nos períodos anteriores pela pandemia COVID-19.

16. Receitas com desenvolvimento social

	2022	2021
Cidadania e inclusão social	876	1.187
Caminho da criança e adolescente	901	1.185
Superveteranos (i)	4.121	4.681
	<u>5.898</u>	<u>7.053</u>

(i) A natureza das receitas com desenvolvimento social superveteranos, está descrita na nota explicativa 28.

17. Receitas com convênios e parcerias

A Associação, no intuito de cumprir sua missão e desenvolver plenamente seus objetivos institucionais, durante o exercício social celebrou convênios e parcerias com o poder público e organizações privadas, nos exatos termos apresentados a seguir:

	2022	2021
Poder Público		
Prefeitura Municipal de São Paulo	6.373	6.023
SDAS FMAS Crescendo p/o Futuro Pref. Mun. Guarulhos	619	619
FMAS - Municipal Barueri Crescendo p/o Futuro	252	-
SDAS FMAS Construindo Amanhã Pref. Mun. Guarulhos	166	166
FUMCAD - Municipal Osasco	300	384
SAS Sec. Assistência Social Municipal Osasco	212	-
	<u>7.922</u>	<u>7.192</u>
Organizações Privadas		
Fundação Mary Harriet Speers	165	323
Fundação Francisca franco	274	-
	<u>439</u>	<u>323</u>
	<u>8.361</u>	<u>7.515</u>

ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS DE SÃO PAULO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

18. Serviços

	2022	2021
Acampamento	339	-
Condicionamento físico	7	7
Cursos diversos	35	15
Serviços diversos	558	225
Torneio Programa Geral	190	-
	<u>1.129</u>	<u>247</u>

19. Donativos

	2022	2021
Pessoa física	110	131
Pessoa jurídica	39	75
Auxílios Sub Governamentais Estadual	136	-
	<u>285</u>	<u>206</u>

20. Receitas financeiras

	2022	2021
Ajuste a valor presente	1.291	641
Rendimentos sobre aplicação financeira	929	72
Variação Monetária Ativa	308	37
Outros	86	160
	<u>2.614</u>	<u>910</u>

21. Despesas operacionais

	2022	2021
Salários e ordenados	12.485	10.448
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	4.009	3.288
Encargos e depreciações	3.803	4.049
Férias e 13º salário	2.883	2.573
Energia elétrica	2.799	2.370
Comgás	2.409	1.556
Água e esgoto	2.298	1.453
Perdas diversas	2.217	1.009
Programa alimentação ao trabalhador	1.968	1.566
Conservação do edifício	1.821	801
Convênio médico	1.819	1.572
FGTS e 40% Multa FGTS	1.375	2.316
Manutenção de equipamentos	1.004	514
Despesas bancárias	888	613
Indenizações trabalhistas	629	745
Material	610	225
Vale transporte	568	592
Serviços profissionais - PJ	502	327
Estágios profissionais	441	194
Telefone	348	408
Despesas postais/Telegráficas	215	141
Legais e judiciais	186	148
Locação e Armazenamento	170	112
Outros	439	421
	<u>45.886</u>	<u>37.441</u>

ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS DE SÃO PAULO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

22. Desenvolvimento social - despesas com as atividades de assistência social

Com recursos próprios, a Associação aplicou em gratuidades nas atividades de assistência social a importância de R\$ 8.637 em 2022 e R\$ 8.692 em 2021 e foram apuradas de acordo com a demonstração no quadro abaixo:

	2022	2021
Centro de desenvolvimento comunitário	9.843	8.041
Caminho da criança e do adolescente	901	1.185
Superveteranos	4.121	4.681
Cidadania e inclusão social	876	1.187
	<u>15.741</u>	<u>15.094</u>
Receitas de convênios	(7.104)	(6.402)
	<u>8.637</u>	<u>8.692</u>

Os gastos realizados com recursos provenientes de convênios celebrados com o poder público e das organizações privadas, nos montantes de R\$ 7.104 em 2022 e R\$ 6.402 em 2021 foram integralmente excluídos do componente das despesas com gratuidades concedidas a título de assistência social pela Associação.

23. Desenvolvimento social - despesas com centro de educação infantil

Com recursos próprios, a Associação aplicou em gratuidades nas atividades de educação infantil a importância de R\$ 413 em 2022 e R\$ 321 em 2021 e foram apuradas de acordo com a demonstração no quadro abaixo:

	2022	2021
Centro de educação infantil (creche)	1.670	1.434
Receitas de convênios	(1.257)	(1.113)
	<u>413</u>	<u>321</u>

Os gastos realizados com recursos provenientes de convênios R\$ 1.257 em 2022 e R\$ 1.113 em 2021 foram integralmente excluídos do componente das despesas com gratuidades concedidas a título de assistência social pela Associação.

24. Isenções de contribuição previdenciária

Caso a Associação não gozasse dessa isenção, a contribuição previdenciária de que trata o artigo 29 da Lei 12.101, de 27 de novembro de 2.009, correspondente às contribuições previstas nos artigos 22 e 23 da Lei 8.212, de 24 de julho de 1.991, calculada como se devida fosse, correspondeu ao montante de R\$ 6.202 e R\$ 5.192 nos exercícios de 2022 e 2021, respectivamente.



ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS DE SÃO PAULO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

25. Imunidade de PIS

Caso a Associação não gozasse dessa imunidade, processo 2003.61.00.003412-7, calculada como se devida fosse, corresponderia ao montante de R\$ 240 e R\$ 206 nos exercícios de 2022 e 2021, respectivamente.

26. Despesas administrativas

	2022	2021
Salários e ordenados	2.647	2.311
Serviços de terceiros	1.470	1.290
Benefícios	1.216	1.095
Manutenção	896	701
Férias e 13º salário	645	525
Material	307	118
FGTS e Multa 40% FGTS	273	226
Legais e judiciais	257	148
Atividades/Acampamentos	249	2
Contribuição Associação de classe	135	96
Outros	688	461
	<u>8.783</u>	<u>6.973</u>

27. Assistência social

Os serviços de Assistência Social foram realizados em conformidade com os termos da Política Nacional de Assistência Social, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social e com as disposições contidas na Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, assim como, em conformidade com as resoluções do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), priorizando:

- Proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- Amparo a crianças e adolescentes carentes;
- Promoção da integração ao mercado de trabalho.

28. Atividades de assistência e desenvolvimento social

O serviço sócio assistencial prestado pela Associação constituiu significativa relevância para as comunidades de baixa renda, sendo que os serviços gratuitos e permanentes foram realizados para os usuários da assistência social, sem qualquer discriminação de beneficiários, em conformidade com a Política Nacional de Assistência Social aprovado pelo Conselho Nacional de Assistência Social, priorizando as ações sociais de proteção social.

Caminho da Criança e do Adolescente

É um conjunto de atividades sócio assistenciais, cujo objetivo visa proporcionar a crianças e adolescentes de ambos os sexos, com idade entre 07 e 14 anos, provenientes de famílias em situação de vulnerabilidade social, o acesso a atividades esportivas, recreativas, culturais, sociais, educacionais e de lazer, além de alimentação saudável, de modo a contribuir para o seu

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

desenvolvimento físico, cognitivo e sócio afetivo, na forma preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Superveteranos

Trata-se de um serviço assistencial para pessoas de ambos os sexos, com idade igual ou superior a 60 anos, que tem por objetivo oferecer proteção social a pessoas idosas em situação de vulnerabilidade social, proporcionando-lhes o acesso a atividades diversas, evitabilidade dos males da depressão, exames médicos clínicos periódicos, participação em atividades sociais e culturais, físicas, de lazer e de entretenimento, de forma a contribuir para o atendimento de algumas de suas necessidades básicas, próprias do processo de envelhecimento, e para a preservação de sua dignidade, consoante o disposto no Estatuto Nacional do Idoso.

Cidadania e Inclusão Social

Este serviço de desenvolvimento consiste na concessão de um amplo programa de atividades integralmente gratuitas das ações desenvolvidas pela Associação, a pessoas de todas as idades, de ambos os sexos, em situação de vulnerabilidade social, muitas com solicitação ou encaminhamento médico, visando ao estímulo e ao aperfeiçoamento no campo da saúde, convivência social e desporto de forma a contribuir para o processo de inclusão e ascensão social dos usuários.

Centro de Desenvolvimento Comunitário

São instalações adequadas, próprias para a realização de importantes programas, serviços e projetos comunitários de assistência e desenvolvimento social, em consonância com as necessidades, interesses e aspirações da comunidade local, objetivando, prioritariamente, a proteção e inclusão social, a aprendizagem profissional, a promoção e valorização de pessoas em situação de vulnerabilidade social, a fim de que elas tenham condições de autodeterminar o caminho para o desenvolvimento de seu futuro e de exercerem seus direitos de cidadania.

Centro de Educação Infantil

Trata-se de um programa que a Associação desenvolve em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo no sentido de promover a educação infantil para crianças, desde as recém-nascidas até 03 anos de idade, por meio de um processo educativo de qualidade que estimula o desenvolvimento integral, com acompanhamento pedagógico, nutricional e de saúde.

29. Mensuração do trabalho voluntário

Em atendimento a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade CFC



ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS DE SÃO PAULO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

nº 1.409 de 21 de setembro de 2012 que aprova a NBC ITG 2002 - Associação sem Finalidade de Lucros, onde interpreta que o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, foram levantados os trabalhos voluntários tomados pela Associação. O registro dos montantes foi contabilizado nas rubricas de serviços voluntários (receita) e administrativa (despesa) e não altera o resultado do exercício.

A mensuração dos trabalhos voluntários de Governança foi feita nas informações divulgadas por meio de Remuneração dos Administradores divulgadas pelo mercado de trabalho. Segue composição da mensuração do trabalho voluntário:

Cargo	Número	Hora Mês	Horas ano 2022	Taxa média	2022	2021
Presidente	1	8	96	337,50	32	29
1º Vice-presidente	1	8	96	337,50	32	29
2º Vice-presidente	1	8	96	337,50	32	29
1º Secretário	1	8	96	337,50	32	29
2º Secretário	1	8	96	337,50	32	29
1º Tesoureiro	1	8	96	337,50	32	29
2º Tesoureiro	1	8	96	337,50	32	29
Diretores	26	8	2.496	337,50	843	766
Comissão Fiscal	3	8	288	337,50	98	89
Junta Patrimonial	6	8	576	337,50	195	177
Total			<u>4.032</u>		<u>1.360</u>	<u>1.235</u>

A Associação também conta com serviços de aproximadamente 938 voluntários não recorrentes para os quais não foram registrados na contabilidade por falta de base para mensuração dos relativos serviços.

30. Imunidade tributária

A Associação Cristã de Moços de São Paulo é uma Associação beneficente de assistência social, sem fins lucrativos, revestida de imunidade de impostos previstos no artigo 150, inciso VI, alínea “c” e das contribuições sociais previstas no artigo 195, parágrafo 7º da constituição federal e atende integralmente às exigências estabelecidas em lei.

31. Coberturas de seguros (não auditado)

Os seguros em vigência na data de 31 de dezembro de 2022 foram contratados para cobrir possíveis sinistros com veículos, edificações, móveis e utensílios e máquinas e equipamentos, por valores que, na opinião da administração, são suficientes para cobertura de quaisquer sinistros.


José Antônio Figueiredo Antíório
Presidente


Sonia Munhoz Ibanez
Contadora
CRC 1 SP263979/O-4